

I INTRODUÇÃO

Desde as eras mais primitivas até o princípio da concepção de Estados, que etnias, grupos e até mesmo países, ameaçam e são ameaçados por forças exógenas. Forças estas, que por interesses ou até mesmo receios quanto ao desenvolvimento alheio, realizam ações para reafirmar sua superioridade ou reduzir a de seus concorrentes. É com base nestes ‘receios’ que se formam estratégias para estruturar processos que reforcem e protejam a tão primordial soberania.

Processos estes que necessitam de uma intrincada rede de ações continuadas para que uma verdadeira estrutura se forme e seja respeitada por todos. Como por exemplo: Investimentos maciços nas áreas de desenvolvimento tecnológico, defesa, logística, infraestrutura entre diversas outras frentes que moldam a capacidade de mobilização de uma nação em situações de necessidade.

Quando voltamos nossa atenção para uma nação como o Brasil, com grandes possibilidades de desenvolvimento e repleto de recursos valiosos, é de fácil percepção que potências estrangeiras saltaram suas ambições para garantir seus interesses sobre tamanhas oportunidades. Um ótimo exemplo seria a Amazônia, a qual constantemente tem se debatido sobre sua internacionalização, sob a alegação de falta controle territorial e ambiental por parte dos países da bacia amazônica.

Foi com base nestas questões de primeira importância, que se planejou uma reunião do Conselho Nacional de Defesa, realizada em 18 de dezembro de 2008, onde o Presidente da República lançou oficialmente a Estratégia Nacional de Defesa (END), em um trabalho presidido pelo Ministro da Defesa e coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, com a participação dos Comandantes das Forças militares. A estratégia visou corrigir um antigo descaso quanto à matéria de defesa e garantir a estabilidade futura.

Tal projeto era composto por três eixos principais: a reorganização da estrutura das Forças, o desenvolvimento tecnológico com progressiva independência por meio da reestruturação da indústria de material de defesa e, por fim, a manutenção da obrigatoriedade do serviço militar, ampliando a participação da sociedade.

O objetivo central da END é modernizar a estrutura nacional de defesa, com foco em ações estratégicas de médio e longo prazo, atuando na reorganização das Forças Armadas, na reestruturação da Indústria Nacional de Material de Defesa e na adoção de política de composição de efetivos das Forças Componentes. Preconiza o trinômio

monitoramento/controle, mobilidade e presença como capacidades básicas a serem desenvolvidas pelas Forças.

Dentro deste contexto, uma política tão importante quanto esta não poderia dispensar uma rigorosa análise econômica de sua efetividade e adequação a uma estratégia nacional de desenvolvimento econômico e tecnológico e, por extensão, social. Conforme consta no documento “A Estratégia Nacional de Defesa e suas implicações para o planejamento estratégico do Exército (Diretriz de Planejamento)”, é tema de natural preocupação dos militares, a questão dos recursos financeiros, essenciais à concretização dos seus objetivos, que não está contemplada explicitamente no texto da END, contudo espera-se que se estabeleça uma maior previsibilidade, regularidade e continuidade em sua alocação, tornando exequível os objetivos da Estratégia, apesar das restrições orçamentárias do governo federal. Dessa forma, os propósitos da Defesa, em sua quase totalidade, demandam longo prazo de preparação para serem alcançados. A descontinuidade será um grande problema para a Defesa Nacional. Em contrapartida, uma das principais medidas de implementação da Estratégia é a proposta de ato legal que garanta recursos financeiros continuados para a conclusão de projetos relacionados à Defesa Nacional, envolvendo os Ministérios da Defesa (MD), do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE).

Por fim, a Estratégia Nacional de Defesa veio para ordenar o esforço da Nação, cooptar, além de recursos financeiros, em especial, os formadores de opinião a pensarem a segurança nacional, para criar uma massa pensante comprometida com os maiores interesses do País, permitindo acompanhar a velocidade de mudanças e tendo a capacidade para implementá-las com determinação. É o que iremos analisar.

II PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS

Mais de 350 anos depois dos históricos embates dos Montes Guararapes, em terras pernambucanas, seu significado e sua transcendência ainda convidam à reflexão.

No quadro da disputa entre as potências mundiais da época pelo domínio da importante riqueza agrícola, representada pela produção açucareira, forças holandesas ocupavam, desde 1630, larga extensão territorial no nordeste brasileiro.

Naqueles dias do Século XVII, um punhado de homens da terra decidiu romper com a exploração. Apesar de equipados de forma primitiva, carregavam o sentimento pátrio ferido.

No dia 19 de abril de 1648, nos Montes Guararapes, brasileiros sobrepujaram as pesadas couraças e armas mais modernas do invasor incauto, atraído às armadilhas fatais – uma jornada plena de simbolismos.

Índios, brancos, negros e mestiços se uniam, pela primeira vez para um empreendimento genuinamente nacional. Pela primeira vez, também, a palavra Pátria era aplicada para referir-se ao Brasil. Usando táticas e técnicas de guerrilha, um povo oprimido logrou impor sua vontade ao dominador. Prevaleceram a autodeterminação e a integridade do Território. Estavam lançadas as bases do Exército Brasileiro e da própria Nação.

Mas antes de se falar em história, é necessário fazer uma análise dos conceitos de segurança e de defesa nacional que passam, necessariamente, pela compreensão do significado primeiro das palavras *segurança* e *defesa*. A maioria dos autores e documentos produzidos acerca dos temas segurança e defesa nacional, tanto nos dias de hoje como no passado, e que se ocupam com o significado de tais palavras no seu sentido mais estrito, demarcam um ponto comum sobre tais definições: o conceito de segurança se refere a um determinado *estado* a ser alcançado, enquanto defesa estabelece um conjunto específico de *ações* que serão postas em prática para a manutenção ou busca de uma situação de segurança.

Percebe-se primeiramente a segurança como um *estado ideal a ser alcançado* e a defesa como um *conjunto de ações planejadas para a obtenção de tal ideal*, conforme observado como princípio geral por muitos estudiosos e pelos manuais teóricos de relações internacionais, ciência política e estratégica militar (Kielhorn,1965; Shafritz,1988; Krieger,1993; US Department of Defense,1995; Huntington,1996; Evans & Newnham,1998; Challiand & Blin,1998).

Quando tratamos do campo da *segurança* e da *defesa nacional*, estamos lidando com estes conceitos na perspectiva da sobrevivência do Estado-nação, este percebido como uma

unidade política soberana, que pode vir a sofrer uma gama variada de ameaças, tanto provenientes do seu contexto externo como interno. Neste caso, a segurança do Estado seria um objetivo a ser alcançado fundamentado em ações de defesa organizadas pelo corpo estatal e/ou por governos estabelecidos. Eis o que se lê no “Dicionário de política” de Bobbio :

“A situação de estabilidade do sistema institucional e de desenvolvimento ordenado da coletividade nacional no quadro dos princípios constitucionais, originariamente englobados num ordenamento, identifica-se com a sua *segurança*. Esta, enquanto *síntese de conservação e de desenvolvimento*, conforme os princípios constitucionais, é o máximo valor jurídico tutelado. Em relação a ela, o *conceito de Defesa assume um significado estritamente instrumental*, que compreende todas as modalidades organizativas e funcionais destinadas a garantir os valores essenciais sintetizados no conceito de segurança. Entende-se, então, que seja impróprio afirmar que a Defesa pode ser *causa e fim* do Estado, desde que seja verdade o contrário: somente a exigência da segurança pode ser posta como origem dos fenômenos associativos entre indivíduos e coletividade [...] e constitui sempre um dos fins essenciais da entidade estatal, dependente exclusivamente deste, enquanto implica no recurso aos atributos de soberania.”¹

A relação entre segurança e defesa nacional é também marcada pela *subordinação* e pela *complementaridade*. Na busca da segurança prepara-se a defesa; a defesa constitui-se na instrumentalização de recursos para se alcançar uma situação de segurança. Um dos pontos que este artigo pretende introduzir é o alcance do conceito de segurança nacional que muitas vezes ofusca as ações de defesa.

2.1 A Guerra Fria

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, marcadamente uma guerra entre países, a Guerra Fria surge como uma das consequências do panorama geoestratégico pós-1945. O conflito bipolar entre os Estados Unidos da América e a ex-União Soviética, somados os respectivos aliados, marcadamente um conflito ideológico, no qual a estratégia de guerra de conquista e de invasão é substituída por uma abordagem mais ampla - que envolveria não só os fatores militares mas também culturais, econômicos, tecnológicos e de diplomacia -, deflagra também, como consequência, a idéia de segurança nacional que incorpora uma gama variada de recursos de poder e de valores para alcançar um objetivo comum: a busca da hegemonia com vistas a supremacia de uma determinada concepção de mundo sobre outra.²

¹ Cf. VERGOTINNI, Giuseppe de. In Norbertto Bobbio **et alii**. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 12a ed., 1999, p. 312. (verbete)

² Braz de Araújo aborda as questões nacionais e internacionais a partir do paradigma estratégico: valores, meios/recursos e objetivos.

A segurança nacional ganha uma dinâmica própria, transforma-se em *meio e fim*, sendo interpretada pelos governos dos países de acordo com o nível de participação e peso que cada Estado estivesse ocupando no cenário genérico da Guerra Fria. Por conseguinte, a organização da defesa nacional revela-se um claro apêndice do arcabouço de normas e regras que formatam a doutrina, ou, como querem alguns estudiosos do tema, a *ideologia* da segurança nacional (Comblin, 1978).

Conforme já levantado, cada Estado interpretou a segurança nacional de uma determinada forma, considerando a lógica da Guerra Fria e os desdobramentos particulares projetados sobre cada contexto doméstico de países mais ou menos envolvidos. Nos Estados Unidos, um dos centros de poder à época, a ideia de segurança do Estado ganha contornos quase infinitos. Acerca do tema, Joseph Comblin formula a seguinte linha de análise, sustentando que:

“ Nos Estados Unidos, a segurança nacional tornou-se uma linguagem [...]. A segurança nacional é o valor do qual se fala o tempo todo e que não precisa ser explicada nem justificada: ela é anterior a toda reflexão ou discussão, o pressuposto do qual se imagina que todos estejam muito conscientes. [...] Pois existe uma mística da segurança nacional. Apaixonada, violenta, intolerante como toda mística. Uma mística que pode chegar a um encantamento. Aliás, a força desse encantamento foi transmitida à América Latina. A expressão “segurança nacional” é o encantamento que interrompe qualquer discussão, que dá a palavra final, que serve para calar qualquer objeção e questionamento. Uma vez invocada a segurança nacional, todos se calam.”³

A América Latina, principalmente durante o período da Guerra Fria, configurou-se num contexto específico para as questões de segurança nacional. A influência norte-americana no continente, de caráter histórico, desde quando posta em operação a chamada Doutrina Monroe em 1823, aprofundou-se durante o período da Guerra Fria, quer seja de uma forma mais direta, como o ocorrido no caso de alguns países da América Central, quer seja de forma indireta, no tocante aos países sul-americanos. Geraldo Cavagnari Filho⁴ sugere a seguinte perspectiva

“Durante a guerra fria os países sul-americanos definiram sua segurança como garantia relativa em face do expansionismo soviético e da subversão comunista. [...] De certo modo, a segurança de cada país na região tornou-se inseparável da segurança nacional norte-americana. Nesse contexto, ela foi invocada para

³ Cf. Comblin, Joseph. *A ideologia da segurança nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 106.

⁴ CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. *América do Sul: alguns subsídios para a definição da segurança nacional*. In “PREMISSAS”, Núcleo de Estudos Estratégicos/Unicamp, Caderno No. 6, abril de 1994, p.25)

justificar quase tudo - desde os programas de desenvolvimento econômico até as violações sistemáticas dos direitos humanos. ”.

O formato conceitual da doutrina de segurança nacional norte-americana fundamenta as concepções estabelecidas pelos outros Estados latino-americanos. Para se ter uma idéia da extensão e profundidade desta abordagem basta se recordar da influência militar européia, no Brasil, através da chamada “Missão Militar Francesa”, principalmente sobre um grupo de oficiais do Exército brasileiro durante as primeiras décadas do século XX, e mencionada por alguns autores (Coelho; 2000; 110), cujo significado é limitado se comparado ao papel desempenhado pela visão totalizante, produzida pelos EUA durante o período da estratégia de contenção do comunismo.

A matriz teórica norte-americana no campo da segurança e da defesa nacional, aprimorada quando da participação dos EUA na Segunda Grande Mundial e cristalizada no surgimento de novas necessidades estratégicas durante o período da Guerra Fria, acabou influenciando principalmente o Brasil.

As ações de defesa, claramente de perfil militar, colocadas em prática durante o conflito encerrado em 1945, no qual a posição brasileira no continente colocava-se como referencial operacional para as forças aliadas (Conn & Fairchild, 2000), permanecem, durante o conflito entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética, caracterizadas como um conjunto de atos claramente relacionados ao campo militar do poder nacional.

A concepção de segurança nacional no Brasil, ativa, abrangente e tutelada pelo Estado, ganha cada vez mais espaço em um mundo marcado pelo conflito de cunho ideológico e pela necessidade criada de se combater os “inimigos” do Estado, tanto na esfera externa - a elaboração da política exterior, principalmente no período posterior a 1964, recebia a influência direta do Conselho de Segurança Nacional, órgão subordinado à Presidência da República (Pinheiro; 2000; 449) -, como no ambiente interno do País. Aprimoram-se os conceitos de segurança nacional, *externa e interna*, assim como organiza-se também a operacionalização de uma defesa nacional voltada para as ameaças de além fronteiras, e, ao mesmo tempo, preparada, nos casos específicos de situações de emergência, inclusive institucional, para atuarem no contexto doméstico.

Tais parâmetros conceituais, relacionados aos assuntos de segurança e de defesa nacional em uma perspectiva brasileira, foram concebidos, tanto no que se referia à sua forma teórica como operacional, em um instituto de altos estudos organizado dentro da esfera militar e subordinado ao Estado-Maior das Forças Armadas: a Escola Superior de Guerra.

2.2 A Escola Superior de Guerra

Uma análise da historiografia política do Brasil, principalmente durante o período que abrange considerável parte do século XX, passa, incondicionalmente, pela compreensão da atividade de alguns centros de estudos que influenciaram de forma contundente os núcleos de decisão política e estratégica, tanto em contextos de maior abertura e participação, como naqueles momentos de centralização política.

Durante as primeiras décadas do século passado, principalmente após a Revolução de 1930 e durante o período do Estado Novo, as forças armadas brasileiras foram ganhando um *status* organizacional mais sedimentado e aumentando sua peso como um centro de poder importante na conjuntura nacional. Sobre este assunto, Maria do Carmo Campello de Souza (1990:101) nos apresenta a seguinte constatação, na qual focaliza o papel de parte das forças armadas à época “[...] o exército, através de seus quadros técnicos, surgiu como *policy-maker*, notadamente na formulação e implementação das decisões e planos relativos ao desenvolvimento industrial, como no caso da siderurgia e do petróleo.”.

O surgimento e o papel desempenhado pela Escola Superior de Guerra, a ESG, a partir de 1950, é evidente e reforça uma formulação já muito reiterada dentro da ciência política acerca da influência dos militares, direta ou indiretamente, na vida político-sócio-econômica brasileira. Acerca desta abordagem, chama a atenção Maria José Rezende⁵ (1996:34)

“[...] A idéia de democracia com responsabilidade propalada por grupos civis e militares (IPES, IBAD, ESG, CONCLAP, etc.) nos anos de 1950 e início de 1960 embasaram e impulsionaram a justificação do movimento militar como fator de criação e proteção dos valores que, segundo eles, eram os salvadores dos valores mais caros para a maioria dos brasileiros.”.

O referencial teórico relacionado à ESG e à sua doutrina vem há muito despertando o interesse de estudiosos que se propõem a compreender a participação dos militares - seus reais interesses e prerrogativas - no processo político-institucional nas últimas décadas.

Alguns autores (Stepan,1971; Dreiffus,1981; Debert,1986; Oliveira,1987; Miyamoto,1995; Miyamoto,2000) argumentam como a criação em 1949, e o posterior crescimento da influência da Escola Superior de Guerra, principalmente nos anos que antecederam 1964, sintetizaram um desejo de setores militares - desde o seu início com a

⁵ REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade. 1964-1984*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, Departamento de Sociologia, 1996, p. 34.

colaboração de grupos civis⁶ - em criar um discurso comum, também de cunho político, com o objetivo de pensar o Brasil tanto em uma perspectiva interna como externa, enfatizando as *necessidades* e os *óbices* que se colocavam para que o País deflagrasse uma trajetória de desenvolvimento em todas as suas dimensões.

A ESG formatou seus cursos, estudos e pesquisas em dois pilares básicos: a doutrina e o método. A doutrina estabelecia os conceitos-padrão da Escola, enquanto o método determinava a maneira sobre a qual tais conceitos seriam passados, pelo corpo de professores, às turmas de estagiários durante os anos letivos.

Tais referenciais, desde a fundação da Escola, foram sofrendo algumas readaptações de acordo com as conjunturas vigentes e como os cenários prospectivos estabelecidos, porém sempre guardando um caráter original e particular no que se refere às premissas teóricas fundamentais da escola.

Esta dinâmica de readaptação teórica e metodológica foi marcada por duas características preponderantes. Em primeiro lugar, tais movimentos foram realizados no interior da ESG, recebendo sempre as influências de princípios e de concepções de perfil originalmente *esguiano*. Fechava-se assim um ciclo de produção e transmissão de conhecimentos e percepções da realidade, marcados por algum tipo de controle interno, fosse através do próprio limite doutrinário e/ou das imposições estabelecidas pelo método de ensino, com a finalidade de enquadrar da forma mais eficiente as discussões e as análises dentro das diretrizes teóricas máximas da escola.⁷

A segunda característica, anteriormente mencionada, diz respeito a certos conceitos que sempre foram mantidos, reforçados e sublinhados, tanto pela direção da escola, como pelo corpo de palestrantes, estagiários e pelo material teórico apresentado a cada ano letivo, como sendo parâmetros teóricos basilares, podemos dizer fundamentais, da Escola Superior de Guerra. Sobre a formação destes conceitos, Antônio de Arruda (1983:XXX) diz:

“[...] Os construtores da ESG sentiram a necessidade da formulação de conceitos doutrinários não só sobre Segurança Nacional, mas também sobre outros com ela

⁶ A participação de civis, oriundos das elites do País, constituiu-se em um procedimento padrão na ESG. Este procedimento não se restringiu ao corpo dos chamados “estagiários” da escola; também no chamado “corpo permanente”, grupo de professores, palestrantes e estudiosos, a presença de civis se fazia notar, inclusive como uma estratégia de influenciar setores específicos da sociedade brasileira. Cf. FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *As elites brasileiras e a Escola Superior de Guerra*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, Departamento de História, 1985.

⁷ Cf. ADERALDO, Vanda Maria. *ESG: um estudo de currículos e programa*. **Apud**, DEBERT, Guita Grin. *A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, Departamento de Ciências Sociais, 1986, p. 111.

correlatos, para homogeneizar conhecimentos e estabelecer um entendimento comum a respeito de pontos considerados essenciais para o prosseguimento dos estudos.”.

A palestra de 23 de março de 1953 do General Juarez do Nascimento Fernandes Távora se constituiu em dos marcos do início das discussões na escola sobre as idéias e metodologias que seriam trabalhadas para uma maior compreensão dos conceitos citados, dentre os quais destacava-se a idéia de segurança nacional (Arruda, 1983).

Nas chamadas “Considerações Finais” do referido documento, Juarez Távora explicita proposições que estabelecem uma forma original de enfocar a doutrina da ESG nos anos que viriam. Vejamos algumas destas passagens:

“[...] que a estratégia, em sua acepção mais ampla, confunde-se com política de segurança nacional, cabendo-lhe por isso, dentro da política nacional, a previsão, supervisão, coordenação e aplicação dos meios que integram o Poder Nacional, para alcançar e manter os Objetivos Nacionais;
[...] que um Estado tem um grau satisfatório de segurança nacional quando está em condições de atingir e manter os Objetivos Nacionais, a despeito de antagonismos atuais ou potenciais, tanto externos como internos;
[...] que a política nacional, como arte do Govêrno, no seu todo, abrange a política de segurança nacional; e, por conseqüência, a estratégia geral, que com esta se confunde.
[...] Clemenceau afirmou algures que - “a guerra é assunto demasiadamente importante para ser deixado à responsabilidade dos soldados”.

Não é de se crer que o velho “tigre” francês pretendesse, com tal sentença, vedar aos soldados a parte de responsabilidade que lhes cabe no domínio da aplicação, ou mesmo, no da formulação de uma política de segurança nacional.

Sua observação deve referir-se, antes, a uma ressalva da responsabilidade dos estadistas na formulação e aplicação daquela política, evidentemente transcendente da simples responsabilidade militar.

É essa verdade o que justifica a presença nesta Escola, neste auditório, de civis e militares - que são ou podem vir a ser os formuladores e aplicadores da política de Segurança Nacional, que devemos ter, que teremos para salvaguarda perene dos ideais, aspirações e interesses do povo brasileiro.”⁸Nota-se que uma concepção de segurança nacional revelava-se como o balizador da formatação dos demais tópicos conceituais. O tema “segurança nacional”, no limite, deveria permear toda e qualquer fundamentação teórica desenvolvida na ESG. Em uma análise dos chamados “princípios fundamentais”, aqueles ideais que formaram a base conceitual e metodológica da entidade, chama atenção, uma vez mais, o peso

⁸ TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. *A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia: Conceituações e Inter-relações*. In “Revista da Escola Superior de Guerra”, Rio de Janeiro, ESG, No. 1, Vol. I, Dez./83, p. 20.

significativo que tal conceito possuiu desde o início, na formatação e na evolução da ESG (cf. Arruda, 1983).

Tais percepções nos possibilitam concluir que a Escola Superior de Guerra foi criada com o objetivo principal - muito em consequência dos movimentos militares internos ao País nas primeiras décadas do século XX e da formação do Estado Novo em 1937 (Coelho, 2000; Pereira, 1997), como também dos desdobramentos oriundos do fim da Segunda Guerra Mundial -, de pensar a segurança nacional e, fundamentalmente, em uma perspectiva brasileira, tanto na sua vertente interna como no que se refere ao posicionamento do País no âmbito externo.

Este ponto de vista destaca-se da parte do artigo do texto da Lei No. 785, de 20 de agosto de 1949, que criou a Escola Superior de Guerra, caracterizando-a como um “[...] *instituto de altos estudos, subordinado ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção para o planejamento da segurança nacional.*”⁹

A idéia de “planejar a segurança nacional” marcou a existência da escola. A ESG, mesmo passando por fases de apogeu e declínio, sempre cultuou a segurança nacional como uma mola-mestra da sua doutrina (Debert, 1986). Ilustrando ainda esta formulação, crucial para compreendermos um dos objetivos desta entidade, observemos o que propõe Maria Selma Rocha¹⁰:

“Podemos verificar, pelo exame da evolução dos conceitos, que até os anos 60, a despeito das referências ao Desenvolvimento, o Objetivo Nacional fundamental, definido pela ESG, foi a Segurança Nacional. Em torno desse objetivo foram articulados os demais conceitos, o que levou a Doutrina a ser qualificada tanto pela Escola, como pela literatura política que a analisou, como Doutrina de Segurança Nacional.”.

Tal perspectiva caracterizou a Escola Superior de Guerra como um instituto de estudos voltado a problemática do *modus operandi* da segurança nacional. O momento histórico da fundação da escola, ainda com as feridas do conflito internacional terminado em 1945, somado as projeções da Guerra Fria - um conflito ideológico que marcaria o ambiente interno e externo dos países -, atribuiu à ESG um papel específico, inclusive no interior das esferas do

⁹ Cf. REPÚBLICA dos Estados Unidos do Brasil. *Coleção das Leis de 1949*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950, p. 36

¹⁰ ROCHA, Maria Selma de Moraes. *A evolução dos conceitos da doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, Departamento de História, 1996, p. 114

Estado e dos governos que se sucederam, de planejar a segurança do País, principalmente naquilo referente à instrumentalização da defesa nacional.

Durante a Guerra Fria, no Brasil, concebia-se a segurança nacional, principalmente dentro dos limites da Escola Superior de Guerra, como uma doutrina, para muitos autores uma ideologia (cf. Oliveira, 1976), a partir da qual organizava-se um conjunto de políticas, de estratégias e de ações - de perfil variado e que incidiam sobre as mais diferentes esferas da realidade nacional -, com o objetivo de se promover um nível geral de estabilidade, ordem e unidade, tanto interna como externamente.¹¹

2.3 A Segurança Nacional e os Anos de Chumbo

A segurança nacional, caracterizada por Eliézer Rizzo de Oliveira (1987:67) como “[...] *uma espécie de coeficiente de garantia estatal para a consecução dos objetivos nacionais. Toda a vida estatal e societária deve ser tutelada e protegida, para que se tornem idênticos os interesses do Estado e da Nação...*” -, representação observada principalmente durante a fase áurea do regime político instaurado em 1964 -, acabou abrangendo e controlando as ações pertinentes à defesa nacional. Essas ações, subordinadas ao planejamento da segurança nacional, conformavam-se em um conjunto muito determinado de estratégias e condutas de governo, basicamente de caracterização militar e que seriam postas em prática em momentos específicos da vida nacional (Boaventura; 1987).

Selma Rocha ao discorrer sobre as mudanças de enfoque ocorridas na concepção brasileira de segurança e de defesa, no período que abrange o final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, conjuntamente com o papel que a ESG desempenhou neste processo de transformação teórica e operacional:

“Lembramos que a concepção de Segurança foi adotada em substituição a de defesa, devido à nova hipótese de Guerra Total e Global. A superação da idéia de defesa nacional, a partir da ação militar em guerra convencional, deu lugar à Segurança Nacional como norteadora da mobilização de todo o povo, do aporte de

¹¹ Ver os documentos produzidos no ano de 1960, dentro do Conselho de Segurança Nacional, na esfera da sua Secretaria Geral, que determinava uma gama variada de assuntos relativos ao planejamento da segurança nacional no período. Como demonstração do caráter abrangente dos temas tratados à época no referido conselho - subordinado diretamente à Presidência da República -, apresentamos alguns dos títulos dos documentos citados: “Atividades Cubanas no Brasil”; “China-Expansão Comunista”; “Setor Estudantil-sobre atividades da UNE”; “Missão Especial Comercial de Cuba aos países do bloco Socialista”; “Agência de Notícias-“Prensa Latina””; “Greve geral no Rio Grande do Sul”; “Administração Pública-Assistência Social - sobre Irregularidades Administrativas”; “Ponte Internacional sobre o Rio Paraná”; e “Ação Comunista-sobre Notícias do Comitê Central do PCB” (Cf. CPDOC/FGV, ref. EAP vop 60.04.01).

todos os recursos e da ação de todos os setores da vida nacional. Como essa hipótese de guerra ultrapassa os limites de teatros localizados, a Escola concebeu a presença e a ação do inimigo externo no interior da Nação em qualquer ponto do território, em qualquer setor de atuação.

Assim, em particular desde 1954, as formulações da Doutrina passaram a referir-se à necessidade de enfrentamento da ameaça comunista no País. Não por acaso, todas as versões do conceito de Segurança Nacional, desde então, se remetem à superação de Antagonismos e Pressões como condição de viabilização dos Objetivos Nacionais, vale dizer, da própria nação.”¹²

Enfatizando esta abordagem, observa-se que as percepções sobre segurança e defesa nacional acabaram alteradas durante o processo que culminou com o final do conflito entre os EUA e a ex-URSS. Somadas às mudanças institucionais que se procederam no ambiente doméstico do País - redemocratização iniciada em 1985, redefinição do papel dos militares na vida nacional, elaboração de uma nova constituição em 1988, formulação de uma Política de Defesa Nacional em 1996 e a criação, dois anos depois, de um Ministério da Defesa sob o comando de um civil -, aquele conceito de segurança nacional marcadamente ativo, doutrinário, auto-suficiente, autogestor e fundamentado na tutela do Estado, foi substituído por percepções ainda não bem definidas. A segurança nacional, como nos *antigos*, transformou-se num objetivo ideal a ser alcançado por toda a sociedade, tornando-se mais passiva, mesmo retórica.

As percepções acerca da defesa nacional também se alteraram, principalmente com relação à constatação de que o chamado “inimigo interno”, de perfil ideológico e que inspirou as bases da doutrina de segurança nacional (Oliveira e Soares; 2000; 102-103) fora substituído por outras formas de ameaças. No pós-Guerra Fria, o narcotráfico internacional, a ação terrorista, a desestabilização étnico-religiosa, os processos migratórios sem controle, o desequilíbrio sócio-econômico e outros fatores de desestabilização se constituem nas novas questões que afetam, não somente a segurança dos Estados, mas das sociedades e dos indivíduos.

Já no processo de redemocratização da política brasileira, ambos ocorridos no decorrer da segunda metade da década de 1980 e início da década de 1990, houve uma transformação no regime político nacional, assim como novas diretrizes na participação externa do país frente a um novo contexto internacional, caracterizado pela formação ou fortalecimento de regionalismos, além de expansão e aprofundamento nas relações político-econômicas com diversas regiões do planeta. Basicamente, essa tendência veio de encontro ao fim da bipolaridade de pensamento durante a Guerra Fria, com a preponderância liberal, modelo

¹² Cf. ROCHA, op. cit, pp. 114-115.

político-econômico a ser adotado pelos países “periféricos”, guiados pelas políticas norte-americanas¹³.

Podemos inserir nesse contexto, a atuação brasileira frente a esses processos políticos, iniciados no período de distensão (saída dos militares do poder) e aprofundados, principalmente, com a atuação dos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. A partir desse quadro político formalizado na década de 1990, podemos notar transformações desses governos para com a atuação das Forças Armadas no Brasil, assim como a tentativa de inserir as instituições militares frente às novas ordenações mundiais e, também, na inserção para um regime democrático no âmbito nacional.

No decorrer do período de distensão durante os governos militares de Geisel e Figueiredo, além da participação transitória do governo civil de Sarney, visualiza-se uma crise de identidade por parte dos militares lapidada no período em que Collor ascendeu ao poder em 1990¹⁴. O largo tempo em que a caserna permaneceu no comando do país (21 anos ininterruptos) e a construção de seu aparelho repressor contra atuações “subversivas” por parte de uma esquerda que, na visão dos oficiais, buscava o alcance do poder através de medidas “revolucionárias”, produziram um aparato militar de combate, que após o fim da Guerra Fria, não havia mais sentido de permanecer no regime democrático brasileiro. Para avançarmos nessas questões, temos que ter em mente que o papel das Forças Armadas ainda não estava claramente definido, ou, melhor, suas funções não estariam restritas ao âmbito externo ao final do século XX:

Uma outra questão que deve ser considerada é a separação entre os conceitos “política de defesa” e “segurança interna”. Tradicionalmente, esses conceitos constituem domínios distintos: a política de defesa tem orientação externa e é tarefa das Forças Armadas, enquanto a segurança interna pertence à área da polícia. [...] O Brasil apresenta uma situação mista. Enquanto o conceito de segurança nacional está ausente da Constituição de 1988 e as polícias civil e militar estão claramente incumbidas da segurança pública (art. 144), o papel das Forças Armadas é definido de maneira ambígua.¹⁵

De acordo com o art. 142 da Constituição, as Forças Armadas são responsáveis por defender a pátria, garantir os poderes constituídos e, se solicitadas por qualquer um deles, garantir também a lei e a ordem. Essa garantia transformada em ambigüidade no papel das Forças Armadas veio auxiliar na “crise de identidade” dos militares e sua nova missão. Afinal

¹³ AYERBE, L. F. Dimensões Histórico-Culturais da Ordem Internacional. A América Latina e a “Occidentalização” do mundo. In: KALIL, Suzeley; VILLA, Rafael D. **Ensaio Latino-Americanos de Política Intern** OLIVEIRA, E. R. de. **De Geisel a Collor. Forças Armadas, transição e democracia**. Campinas, S.P. Ed: Papirus, 1994

¹⁴ SANTOS, M.H. de C. **A nova missão das Forças Armadas latino-americanas no mundo pós-Guerra Fria: o caso do Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol.19. n.54. FEV/2004.

¹⁵ Ibid.pág.112.

de contas, a saída dos militares no poder fortaleceu o debate sobre suas funções ao final do século XX, sendo que não havia mais espaço para sua atuação na segurança interna do país. O espectro comunista liderado pelos movimentos de guerrilha não poderia mais exercer salvaguardas para pretensões militares dentro do Brasil, pois essa prática vinha perdendo força como movimento que propunha a mudança de ordem. Questionadas acerca da possível presença na segurança interna nacional, as Forças Armadas também tiveram problemas quanto a identificação de ameaças externas, que dessem respaldo a manutenção de seu aparelho. As tensões na região da Tríplice Fronteira, principalmente com a Argentina, diminuíram drasticamente ao longo das décadas de 1980-1990-2000, direcionando as Forças Armadas a priorizarem a Região Amazônica. As possíveis ameaças advindas da Argentina através de uma corrida armamentista e até na produção de uma bomba nuclear perderam força ao serem assinados tratados de mútua confiança, os quais surgiram durante os regimes militares das duas nações e ganharam maior significância nos governos civis pós-ditaduras¹⁶. Os possíveis conflitos envolvendo duas visões Leste-Oeste também foram extirpados do rol de ameaças para o Brasil com o fim do conflito bipolar. Ou seja, as influências de organismos internacionais, como por exemplo, as extensões pós Consenso de Washington, indagavam sobre a real necessidade de o Brasil possuir Forças Armadas. Para responder a isso, projetos direcionados à proteção da Amazônia foram fortalecidos contra possíveis pretensões estrangeiras.

2.4 A Era Collor

Com a chegada de Fernando Collor de Mello ao Palácio do Planalto conflagra-se a crise de objetivos concretos para a Defesa e as Forças Armadas, haja vista, por exemplo, a dissolução do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI) e a constituição, em detrimento deste órgão, da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Através dessa mudança, muitos militares responsáveis pela Inteligência foram deslocados para outros setores e esse serviço no Brasil ficou esvaziado naquela época, segundo a visão de oficiais das três Forças¹⁷. Além desse episódio, a maioria dos comandantes das Forças Armadas nesse governo atentou para o

¹⁶ WINAND, É. C. **A Segurança Internacional na Política Externa do Brasil: Idas e vindas no processo de construção e consolidação da Confiança Mútua com a Argentina (1985-1994)**. Franca S.P. Dissertação (mestrado). 2006, p. 79

¹⁷ CASTRO, C. & D'ARAUJO M. C. **Militares e Política na Nova República**. Rio de Janeiro. Ed: FGV. 2001.

desprestígio que tiveram no governo Collor, além do “revanchismo” que, segundo eles, sofreu por parte da camada média da população. Com o *impeachment* do presidente alagoano, assumiu Itamar Franco, o vice-presidente da época, que conduziu o governo sem maiores interferências na área da Defesa, haja vista o momento conturbado no cenário político nacional.

Ao adentrarmos diretamente no enfoque principal de nosso texto (comparar os documentos de defesa elaborados nos dois últimos governos brasileiros), vemos que políticas e propostas para a Defesa e Forças Armadas adotadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, durante os anos de 1995-2002, implicaram na criação de um documento pioneiro ao traçar os objetivos da Defesa. Shiguenoli Miyamoto nos mostra a importância da criação da Política de Defesa Nacional (PDN) que representou o primeiro momento na história recente do Brasil em que “*o governo elaborou oficialmente um documento com tal característica; em segundo, definiu os parâmetros a partir dos quais a atuação se daria*”¹⁸.

Visto anteriormente, o momento da criação da PDN insere-se no processo das transformações decorrentes da nova conjuntura internacional no pós-Guerra Fria. Apesar de o documento observar que o continente sul-americano era considerado na década de 1990 a região mais desmilitarizada do mundo, é reforçada a necessidade de se possuir uma defesa preparada para as adversidades emergentes no início do século XXI:

O quadro de incertezas que marca o atual contexto mundial impõe que a defesa continue a merecer o cuidado dos governos nacionais e que a expressão militar permaneça de importância capital para a sobrevivência dos Estados como unidades independentes. Não é realista conceber um Estado de razoável porte e influência internacional que possa abdicar de uma força de defesa confiável. As Forças Armadas são instrumento para o exercício do direito de autodefesa, direito esse, aliás, inscrito na Carta da Organização das Nações Unidas.

Tendo essa postura de preservação das Forças Armadas como ferramenta de proteção aos interesses brasileiros, a PDN descreve a percepção de novas ameaças oriundas do final da Guerra Fria. O recrudescimento de extremismos étnicos, nacionalistas e religiosos, bem como o fenômeno da fragmentação observado em diversos países são os elementos básicos colocados no documento. Essas referências as novas ameaças estão em consonância com o crime organizado internacional, terrorismo internacional, narcotráfico, tráfico ilegal de armas e as migrações internacionais.

¹⁸ MIYAMOTO, S. **A Política de Defesa Brasileira e a Segurança Regional**. Rio de Janeiro, RJ. Revista Contexto Internacional, vol. 22. 2000.

Podemos extrair desses fatos, o fortalecimento da região do Cone Sul na América do Sul dada a criação do Mercado Comum e a postura brasileira em atentar-se para a região amazônica, distanciando-se de uma maior rivalidade com a Argentina na Bacia do Prata. É na PDN em que essa noção de estreitar laços cooperativos, em detrimento de rivalidades na região, se solidifica como algo documentado:

4.2. Para tanto, a presente política é centrada em uma ativa diplomacia voltada para a paz e em uma postura estratégica dissuasória de caráter defensivo, baseada nas seguintes premissas: — fronteiras e limites perfeitamente definidos e reconhecidos internacionalmente; — estreito relacionamento com os países vizinhos e com a comunidade internacional, em geral, baseado na confiança e no respeito mútuos; — rejeição à guerra de conquista; e — busca da solução pacífica de controvérsias, com o uso da força somente como recurso de autodefesa.

A rejeição à guerra de conquista fez com que houvesse maior tranquilidade dos países vizinhos ao Brasil devido às históricas desconfianças que tais sempre tiveram de possíveis desejos expansionistas por parte da nação brasileira¹⁹. A prática dissuasória se faz presente desde o início da humanidade, já que tal ação consiste em impedir um ato a partir da explicação das consequências (advertência) posteriores que esse ato pode causar²⁰. Dentro desse estudo, basicamente, podemos inferir que a prática dissuasória pode ser utilizada com a finalidade de impedir o seu inimigo que interfira em sua soberania, forçá-los a recuar, devido às consequências que possa sofrer (reais ou não) ao interferir em outro Estado.

Portanto, para o caso brasileiro veremos que essa conduta dissuasória não se dá de maneira bem direcionada²¹. Defendendo que as Forças Armadas devem ser um instrumento da Política Externa (dentro das relações internacionais) como uma política de poder, essas relações entre Estados, defende o autor, estão sob o espectro da guerra, do conflito de interesses, e, para isso, há a necessidade de se desenvolver uma grande estratégia, a qual possibilite ao Estado delinear suas ações externas de acordo com funções pré-estabelecidas.

Definindo esta questão, as Forças Armadas passam a não ser mais instrumento da política externa, e sim, “o meio de que se serve o Estado para defender e fazer valer seus interesses”. O autor caracteriza o Brasil como seguidor de uma postura estratégica defensiva, entendida resumidamente, como uma primazia às regras abstratas do Direito Internacional em detrimento à busca pelo Poder e pela *Realpolitik*, não havendo a intenção ou mais provável, a possibilidade de se almejar uma liderança ou hegemonia. Oliveira defende a tese de que o Brasil não possui uma política dissuasória na América Latina, devido ao mau emprego da

¹⁹ DANESE, S. **A escola da liderança: ensaios sobre a política externa e a inserção internacional do Brasil**. Rio de Janeiro. Ed: Record. 2009.

²⁰ ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília D.F. Ed:UNB.2002.

²¹ FERREIRA, O. S. **Forças Armadas, para quê?** São Paulo S.P. Ed:GRD. 1988

Marinha (remontando à Revolta da Esquadra), e posteriormente da Aeronáutica, como instrumento estratégico. Em sintonia com a nossa discussão, o autor escreve que:

“A concepção defensiva e terrestre da doutrina militar, associada ao desinteresse que o assunto política externa mereceu dos Estados-maiores, e à separação do planejamento estratégico feito pelo Itamaraty daquele elaborado nos Estados-maiores (além do afastamento da sociedade das decisões estratégicas) privou a chancelaria dos instrumentos normais de execução de uma política internacional e das balizas por onde conduzir esta política²²”

Por fim, após avaliarmos alguns tópicos colocados na PDN de 1996, vemos que se trata de uma proposta em consonância com as políticas adotadas a partir da década de 1980 de estreitamento dos laços cooperativos na região sul-americana por parte do Brasil. Mas não deixando de atentar-se ao fato de que tal documento não satisfaz uma concepção clara e objetiva sobre um pensamento em defesa alinhado a um regime democrático, dado suas lacunas e falhas com que o documento aborda e a realidade enfrentada pelas Forças Armadas ao final do século XX no Brasil. Por isso, avaliamos de maneira construtiva e permanente a crítica colocada por Miyamoto no que tange a formulação da PDN: apontando as lacunas e falhas da PDN, nota-se que houve uma análise superficial sobre o tema, pois os tópicos abordados foram colocados a partir da ausência de maiores critérios.

Após o período de FHC à frente do Palácio do Planalto, assumiu em seu lugar o candidato da oposição nas eleições de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva. Com um discurso crítico em relação às políticas neoliberais (como, por exemplo, as privatizações) implementadas pelo seu antecessor, Lula, durante seu governo, procurou trazer um verniz diferente, voltando-se para o desenvolvimento e traçando uma política externa mais engajada²³. Dentro dessas medidas, notamos a relação do desenvolvimento ligado à Defesa, referente à construção de uma estratégia de atuação nessa área:

Nessas condições, Senhor Presidente, a atual iniciativa do governo de Vossa Excelência, de colocar as questões de defesa na agenda nacional e de formular um planejamento de longo prazo para a defesa do País é fato inédito no Estado brasileiro. Marca uma nova etapa no tratamento de tema tão relevante, intrinsecamente associado ao desenvolvimento nacional. Reafirma o compromisso de todos nós, cidadãos brasileiros, civis e militares, com os valores maiores da soberania, da integridade do patrimônio e do território e da unidade nacionais, dentro de um amplo contexto de plenitude democrática e de absoluto respeito aos nossos vizinhos, com os quais mantemos e manteremos uma relação cada vez mais

²² Ibid.pág.80

²³ ALMEIDA, P. R. de. **Estratégia Nacional de Defesa: comentários dissidentes**. In: <http://mundorama.net/2009/03/14/estrategia-nacional-de-defesa-comentarios-dissidentes-por-paulo-roberto-de-almeida/>. Acesso em: 22/10/2010.

sólida de amizade e cooperação (...).1.Estratégia nacional de defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento. Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação. Defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento²⁴.

Ao relacionar desenvolvimento e defesa compreende-se que o investimento no setor está relacionado ao desenvolvimento social para buscar tecnologias autônomas que possam contribuir para o investimento no potencial produtivo do país.

Dentro de um discurso voltado para a relação desenvolvimento-defesa encontra-se no documento uma resposta às observações de Oliveira no que se refere à construção de uma estratégia integradora para atuação conjunta entre Exército, Marinha e Aeronáutica:

1. A Estratégia Nacional de Defesa é o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro. Trata de questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, como os objetivos da sua "grande estratégia" e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa. Aborda, também, problemas propriamente militares, derivados da influência dessa "grande estratégia" na orientação e nas práticas operacionais das três Forças²⁵.

Conflagra-se na END, o descompasso em que as Forças Armadas brasileiras se encontram para atuarem conjuntamente no combate às “ameaças do futuro” e operarem na formulação de hipóteses de emprego idênticas. Contudo, ao expor necessidades de mudança na atuação das Forças Armadas no recém inaugurado século XXI, o documento não traz detalhes de como serão conduzidas essas transformações, as quais aludem para uma grande destinação de recursos. Talvez, com a intenção de transformar em lei o investimento para o setor, podemos levar em consideração a viabilidade de se concretizar as propostas da END.

Essas primeiras observações sobre a análise de dois documentos de defesa em dois governos distintos e sucessórios nos permitem traçar despretensiosas comparações.

Ao compararmos a Política de Defesa Nacional (PDN) de 1996, criada no governo FHC, com a Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008, elaborada na gestão de Lula, encontramos vários elementos, que nos auxiliam a destacar diferenças no trato com a Defesa entre os dois governos. Como primeiro ponto a ser abordado, enfatizamos o caráter dissuasório utilizado por cada documento. À primeira vista, de maneira quantitativa, vemos que a dissuasão aparece em vários momentos na END, enquanto na PDN a postura estratégica

²⁴ MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília. 2008. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/. Acesso em 26.10.2010

²⁵ END,pág.05.

dissuasória de caráter defensivo aparece apenas uma vez e não é sistematizada na ação de cada Força, como visualizamos na Estratégia formulada no governo Lula. Esse realce pode nos levar a compreender de que maneira as Forças Armadas ganham uma maior importância (estarem aptas para responder a qualquer tipo de ameaça) na proteção de interesses e objetivos nacionais em busca de uma maior participação no jogo político mundial (noção fortalecida no governo Lula).

Uma das razões para que a PDN (1996) não possuísse uma visão estratégica e uma forte conotação militar para a condução em conjunto com a diplomacia foi a grande influência que o Itamaraty exerceu na elaboração de seu texto:

Na linha do já mencionado anteriormente, a diplomacia nacional caminhava na direção de acoplar o tradicional conceito de dissuasão às grandes linhas da política externa brasileira, explicitando a preeminência dessa última sobre a primeira²⁶.

Ao presenciar a influência de características diplomáticas no cerne da PDN, Alsina não a qualifica como um documento de defesa, porém o texto “não elimina sua centralidade para a reestruturação do arcabouço institucional brasileiro relacionado ao setor militar²⁷”. No entanto, a própria maneira como se deu a criação da PDN (uma disputa entre Marinha e Aeronáutica acerca da aviação naval) ilustra muito bem como não houve um planejamento político voltado para uma nova institucionalização nessa área.

Na END pode-se perceber a roupagem “nacionalista, soberanista, autonomista e arrogantemente tutelar no plano regional” empreendida no governo Lula²⁸. Essa política tem como finalidade aumentar sua influência na região sul-americana, além de buscar maior representatividade no jogo político mundial (liderar o bloco Sul-Sul, parcerias com Rússia, China, Índia e França, e também, maior presença em reuniões como G-20, por exemplo). É nesse aspecto que podemos conjugar a utilização desse elemento dissuasório associado à defesa de interesses nacionalistas e a procura por liderança no cenário regional e porque não dizer, internacional. Nesse cenário, a proteção de seus interesses é justificada por uma instabilidade no quadro mundial:

21. Desenvolver o potencial de mobilização militar e nacional para assegurar a capacidade dissuasória e operacional das Forças Armadas.
Diante de eventual degeneração do quadro internacional, o Brasil e suas Forças Armadas deverão estar prontos para tomar medidas de resguardo do território, das linhas de comércio marítimo e plataformas de petróleo e do espaço aéreo

²⁶ ALSINA JR., J. P. S. **A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso**. In: Revista Brasileira de Política Internacional. V.46n.2Brasíliajul./dez.2003.

²⁷ Ibid.pág.22

²⁸ ALMEIDA.pág.06

nacionais. As Forças Armadas deverão, também, estar habilitadas a aumentar rapidamente os meios humanos e materiais disponíveis para a defesa. Exprime-se o imperativo de elasticidade em capacidade de mobilização nacional e militar²⁹.

Apesar da justificativa em mobilizar suas Forças Armadas para estar preparadas diante dessa instabilidade, o questionamento que levantamos é até que ponto essa posição brasileira produz um quadro de incertezas na região sul-americana, por exemplo. Ao mesmo tempo em que foram criados órgãos regionais para uma maior cooperação e integração entre os países da América do Sul (Unasul e seu Conselho Sul-Americano de Defesa), a primeira década do ano 2000 também é marcada por uma corrida armamentista no bloco³⁰. Venezuela, Colômbia, Chile e Brasil foram os países que mais gastaram com armamentos bélicos durante a década de 2000. Notório ressaltar que Brasil e Venezuela também são os países que mais fazem coro em relação a uma identidade sul-americana pacífica. Entre discursos e práticas, conflitos e desavenças regionais entre Colômbia-Venezuela-Ecuador, Chile-Bolívia, dificultam o processo proposto vagamente nos documentos de defesa brasileiros. Ao ocupar um papel central na América do Sul, os acordos militares brasileiros podem contribuir para indagações de seus vizinhos sobre as reais pretensões do país-continente no bloco sul-americano. Mesmo que os documentos de 1996 e 2008 abordam a questão da integração regional, as menções são curtas e, a nosso ver, insatisfatórias, pois não detalham a maneira como a Defesa deve participar neste processo.

III A IMPORTÂNCIA DA SOBERANIA NACIONAL

²⁹ END, pág.14

³⁰ GODOY, R. América Latina inicia corrida às armas. In: OLIVEIRA, E. R. de **Segurança e Defesa Nacional: da competição à cooperação regional**. São Paulo. Fundação Memorial da América Latina. 2007.

Entre 1618 e 1648, ocorreu a guerra conhecida como Guerra dos trinta anos, iniciada devido a várias questões religiosas envolvendo o Sacro Império Romano Germânico. Quando do fim da guerra, uma série de tratados foram assinados com o intuito de declarar a paz entre os reinos, esses tratados ficaram conhecidos como Paz de Westfália e são considerados alguns dos mais importantes tratados no âmbito das Relações Internacionais.

Em seu corpo, estes tratados instituíram as bases para a criação do chamado Estado moderno e da própria diplomacia. Até aquele momento a autoridade suprema perante os reinos e principados eram o Império e o Papado, o que lhes dava direito de intervenção nos assuntos internos desses locais. Acatando a uma idéia do cardeal Richelieu, primeiro-ministro do rei francês Luís XIII, ficou acordado que a partir daquele momento, todos os Estados eram iguais perante os outros, sujeitos a constituição de tratados e à lei internacional, era a chamada Soberania do Estado, ou Soberania Estatal.

Existem dois tipos de soberania: a *Soberania Interna* e a *Soberania Externa*. A primeira identifica a soberania do Estado dentro do seu próprio território onde nenhum outro órgão pode ter um poder que se iguale ao seu, é o poder *summa potestas*, isto é, poder supremo.

Por sua vez, a *Soberania Externa*, identifica a Soberania de um Estado perante outros. Dentro de uma Ordem Internacional todos os Estados são vistos de forma igual, não há uma ordem de subordinação entre eles. Para este trabalho, será utilizado somente o entendimento a cerca da *Soberania Externa*.

Durante a história uma série de doutrinas surgiram afim de moldar o que seria a soberania de um Estado.

3.1 Doutrinas Teocráticas

Surgida no período das grandes monarquias européias, foi muito difundida pela igreja católica. Segundo essas teorias, todo o poder provém de Deus, contudo algumas delas discordam em determinados pontos.

Segundo os defensores da chamada Teoria do Direito Divino Sobrenatural, Deus criou todas as coisas, inclusive o próprio Estado e o poder. Ora, se Ele criou tudo isso, sem dúvida é Ele também que designa uma pessoa, ou uma dinastia que deve exercer o poder em Seu nome, sendo assim a vontade do soberano seria a vontade do próprio Deus e portanto, sua autoridade é superior a de qualquer outra pessoa não devendo ser desrespeitada por nenhuma outra

pessoa que esteja abaixo dessa condição. Dessa forma, os monarcas acabaram sendo elevados a um patamar maior que o próprio Papa.

No entanto, o que não se sabia à época, era que os teóricos dessa forma de soberania, eram na verdade os legistas dos próprios monarcas, que a elaboraram com fins de livrá-los da autoridade que o papado exercia sobre eles.

A verdadeira teoria que realmente surgiu dentro da Igreja Católica foi a de Sto. Tomás. Segundo ele, o poder político realmente provém de Deus, contudo o modo e o uso desse poder vêm dos homens, do povo.

Belarmino tal como Sto. Tomás, dizia: “Notai que o poder tem por titular imediato toda a multidão. O poder é de direito divino, mas Deus o não deu a nenhum homem em particular e sim a todo o povo.” (Belarmino, apud Azambuja, 1967).

Dessa forma, pregava-se por Sto. Tomás, que aquelas leis consideradas opressivas e injustas pelos súditos não deveriam ser seguidas, e que essa desobediência deveria ser feita “sem escândalo ou mães maiores” (Sto. Tomás apud Azambuja, 1967).

Doutrina semelhante a de Sto. Tomás era a Teoria do Direito Divino Providencial, de De Maistre e Bonald, que dizia que Deus não intervinha diretamente na escolha daquele que exerceria o poder, e sim de forma indireta, através da direção que tomasse os acontecimentos humanos.

3.1.2 Doutrinas Democráticas

Essas doutrinas são assim chamadas porque, diferentemente das doutrinas teocráticas, acreditam que o poder soberano provém do povo ou da nação. Foram muito difundidas na Europa no período da Revolução Francesa, e foram teorizadas pelos cientistas políticos contratualistas, tais como Hobbes, Locke e Rousseau.

3.1.2.1 Doutrina da Soberania Popular

Essa é a doutrina mais democrática que existe, pois esses teóricos acreditam que a soberania provém unicamente do povo, isto é, a vontade geral é a manifestação da soberania. Seu precursor foi Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), autor de *O Contrato Social*. Segundo ele, o homem nasce bom e seu estado de natureza, isto é, o ambiente em que ele vive, é pacífico e livre de regras e normas.

No entanto, devido ao progresso da sociedade o homem vê a necessidade de criar uma instituição política que tenha autoridade de instituir leis e manter a paz e a ordem. Ele faz isso criando o Estado através do chamado Contrato Social, onde cede parte de seus direitos nacionais a essa nova organização.

Ora, se o Estado é a união de uma parcela dos direitos dos cidadãos, incluindo aí a Soberania, então a Soberania Nacional seria nada mais do que a união da Soberania de todos cidadãos de um Estado. Sendo assim, “(...) se o Estado for composto de dez mil cidadãos, cada um deles terá a décima milésima parte da autoridade soberana.” (Rousseau, apud Bonavides, 2008).

3.1.2.2 Doutrina da Soberania Nacional

Durante a primeira fase da Revolução Francesa, que se estende de 1789 a 1791, surgiu um novo tipo de doutrina democrática. Os incitadores do movimento neste período, eram ligados à ordem burguesa, e apesar de pregarem a igualdade entre a população, faziam a revolução em nome do terceiro Estado (a burguesia).

Depois da grande repercussão que a doutrina de Rousseau havia alcançado, os burgueses tiveram receio de que a mesma fosse de encontro aos seus interesses, pois idéia de soberania popular, acabara outorgando ao povo uma autoridade e importância que eram contrárias às expectativas dos burgueses.

Surgiu, então, a Doutrina da Soberania Nacional, onde a soberania e o poder do Estado estavam concentrados nas mãos da Nação. Segundo esta doutrina Nação e Povo formam um único elemento social novo, que possui vontade própria superior a vontade individual. Esse tipo de soberania seria exercida através dos representantes da nação, isto é, os governantes.

3.1.3 A Soberania segundo Bodin

O francês Jean Bodin nasceu na França em 1530. Durante sua vida dedicou-se ao estudo e teorização do conceito de Soberania. Os historiadores e cientistas políticos consideram sua obra *Os seis Livros da República*, publicada em 1576, como a primeira obra moderna a tratar da Soberania estatal.

Para Bodin, a única forma de fortalecer a soberania do Estado seria fortalecer o poder do próprio monarca, pois é ele quem representa o Estado.

Segundo o autor o poder soberano está acima de qualquer outro, exceto o poder

natural e o poder divino.

Considera como características centrais do poder soberano, o poder perpétuo e absoluto de uma república encarnada na figura do soberano: perpétuo em razão de o poder ser passado de pai para filho de forma vitalícia na dinastia real. Por sua vez, o poder é absoluto pois é somente o monarca quem tem o poder de elaborar as leis e de suprimi-las, quando achar conveniente.

É importante salientar que, de acordo com as leis, o soberano está acima das leis precedentes e também não pode ser submetido às suas próprias leis, pois nem ele mesmo pode criar mecanismos limitem seu por soberano. Segundo o autor, somente ao soberano cabe o poder de criar e suprimir leis, e esse poder não pode ser compartilhado com mais ninguém, nem mesmo os membros do governo ou um grupo de pessoas, pois dessa forma deixaria de ser absoluto.

A partir do exposto, podemos afirmar que as características básicas da soberania segundo Bodin são um poder: superior, pois somente o monarca, como representante do Estado, tem o poder de elaborar leis; independente, onde o poder do monarca não pode estar submisso a nenhum outro; e ilimitado, pois caso aja algum outro poder superior a este, ele deixa de ser soberano.

3.2 Segurança Nacional

De forma sucinta, a política de defesa nacional de um país pode ter seu foco voltado para dentro ou para fora do Estado. No primeiro caso, o governo tenta reduzir suas ameaças e suas vulnerabilidades, enquanto que no segundo caso, tenta-se enfraquecer as ameaças externas.

É possível conceituar o termo segurança através de duas perspectivas: a realista e a idealista. Para a doutrina idealista, a segurança pode ser usufruída ou perseguida de forma comum. É obtida através da redução das ameaças externas de um Estado, pois dessa forma acaba por reduzir também as ameaças ao sistema internacional.

No entanto, a doutrina que será usada durante este trabalho será realista.

Os realistas observam a segurança como um derivativo do poder, isto é, um ator que tenha poder dentro do sistema internacional, conseguiu este poder através de sua segurança. Um dos autores realistas que trataram da questão da segurança foi John Herz. Para ele, os Estados devem buscar por conta própria os meios necessários para manter sua segurança, sem depender de nenhum outro. No entanto, o próprio autor admite que esta é uma medida

perigosa, pois pode provocar uma sensação de insegurança nos demais países, que podem interpretar essa atitude como uma ameaça.

Outro realista, o indiano Mohammed Ayoob parte da perspectiva dos países em desenvolvimento para definir segurança através do prisma destes Estados. Segundo ele, uma das maiores características do conceito de segurança seguido pelos países desenvolvidos é a questão da orientação externa das ameaças, enquanto que nos países em desenvolvimento, essas ameaças partem de dentro do seu próprio território. Apesar de existirem também as ameaças externas, aquelas que provêm de dentro de suas próprias fronteiras têm maior visibilidade nos Estados, pois podem se transformar em conflitos interestatais quando as mesmas acabam por transbordar-se em direção aos países vizinhos.

Existe ainda o britânico Barry Buzan, que afirma que a questão da segurança está intrinsecamente ligada à sobrevivência, isto é, só se pensa em segurança quando um assunto for realmente uma ameaça real ao Estado. O autor aprofunda ainda mais sua análise através de seu conceito de *securitização*, que é a evolução de um tópico do âmbito de *não-politizado* (que não é tratado pelo Estado e nem é considerado um tópico de debate público) para o âmbito *politizado* (o tópico torna-se parte da política pública e das decisões requerendo até mesmo uma alocação de recursos). Dessa forma pode-se entender *securitização* como um tópico de extrema importância para o Estado e que requer medidas urgentes.

Uma outra questão que está sendo bastante debatida é o surgimento de uma nova corrente de estudos da Segurança Nacional, ou corrente “abrangente”. Essa nova linha de estudos surgiu através de um descontentamento de parte dos pesquisadores com a antiga corrente de estudos, hoje chamada de “tradicional”, que passou a dar muita ênfase aos aspectos militares da segurança. Como uma forma de contra-argumentação surgiram autores como Colin S. Gray reafirma a importância dessa militarização, contudo, aceita a necessidade de se incluírem mais causas não-militares ao conflito.

Após todas as considerações acima, iremos partir da perspectiva de Ayoob:

“... uma situação de segurança /insegurança é definida em relação às vulnerabilidades, tanto interna quanto externa, que ameacem ou têm o potencial de derrubar ou enfraquecer as estruturas do Estado (territorial e institucional) e

A soberania está incluída na Constituição Federal, inicialmente, como fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, I). É requisito essencial para a formação do Estado nacional.

Segundo Angel Modesto Paredes (1961:55), “la noción de soberania comprende: la idea de igualdad entre los Estados, la de su libertad y la de su independencia”.

Outrossim, como antes referido, foi incluída também como princípio da Ordem Econômica Nacional, indicando cuidar-se da soberania *econômica nacional*. Trata-se de princípio constitucional impositivo. Na palavra de Eros Roberto Grau (1997, 246/247), deve cumprir dupla função, "*como instrumental e como objetivo específico a ser alcançado*".

Para ele, a soberania econômica nacional "não supõe o isolamento econômico, mas antes, pelo contrário, a modernização da economia - e da sociedade - e a ruptura de nossa situação de dependência em reação às sociedades desenvolvidas".

Mesmo com a Emenda Constitucional nº6, de 15/08/95, que, entre outras modificações revogou *in totum* o artigo 171 da Constituição, pretendendo, além de impedir discriminação contra empresas e capital estrangeiro, impedir o apoio, a proteção, a concessão de benefícios às empresas e ao capital nacional (Grau, ob. cit., p. 273), deve prevalecer a orientação consubstanciada no intocado conceito de soberania nacional, no sentido de reger as atividades econômicas desenvolvidas no país.

No que diz respeito à eficácia e aplicabilidade do preceito de que se trata, é necessário asseverar que a soberania nacional no contexto das normas de conteúdo econômico, possui plena eficácia e aplicabilidade, na forma da lição do prof. José Afonso da Silva, no seu Aplicabilidade das Normas Constitucionais (1998).

O autor, na obra citada, traça um quadro sobre eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais em três categorias. Segundo ele, a norma constitucional pode ser de eficácia plena e aplicabilidade direta, imediata e integral; de eficácia contida e aplicabilidade direta e imediata, mas possivelmente não integral; e de eficácia limitada e de aplicabilidade indireta, mediata e reduzida.

Assim, conceitua as normas constitucionais de eficácia plena, aplicabilidade direta, imediata e integral, *como* "aquelas que, desde a entrada em vigor da constituição, produzem, ou têm possibilidade de produzir, todos os efeitos essenciais, relativamente aos interesses, comportamentos e situações, que o legislador constituinte, direta e normativamente, quis regular"(p.101).

Como explicitado pelo próprio Autor, os princípios da ordem econômica e social incluem-se na categoria de princípios políticos constitucionais conformadores, sendo aqueles que "exprimem as concepções políticas fundamentais do poder constituinte, todos os órgãos do poder devem considerá-lo como princípios rectores e operantes quer no momento da criação do Direito, quer no momento de sua aplicação", constituindo-se Direito imediatamente vigente e diretamente aplicável (p. 143).

IV DIRETRIZES DO END

Uma leitura, mesmo superficial, do documento em questão, permite detectar, antes de mais nada, uma filosofia geral, não muito diferente daquela que perpassa a vida nacional em outras esferas de orientação política ou econômica. Trata-se de um documento que coloca o

princípio da independência nacional como vetor absoluto de qualquer posicionamento em matéria de segurança e defesa. Independentemente, portanto, de suas outras qualidades setoriais, e até de planejamento global dessa importante interface das relações do Brasil – e essas outras qualidades existem, mas não serão enfatizadas aqui –, cabe destacar em primeiro lugar esse elemento gaullien, ou gaulliste, do documento, que pode ser resumido em alguns poucos conceitos: a filosofia global do documento, a que mais revela a visão do mundo (Weltanschauung) de seus formuladores, portanto, é a do soberanismo e, sobretudo, a do nacionalismo.

A partir dos três eixos principais, são criadas 23 diretrizes para dar forma a END e por serem bem auto-explicativas, seguem abaixo:

- 1. Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional.*
- 2. Organizar as Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença.*
- 3. Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras.*
- 4. Desenvolver, lastreado na capacidade de monitorar/controle, a capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão: a mobilidade estratégica.*
- 5. Aprofundar o vínculo entre os aspectos tecnológicos e os operacionais da mobilidade, sob a disciplina de objetivos bem definidos.*
- 6. Fortalecer três setores de importância estratégica: o espacial, o cibernético e o nuclear.*
- 7. Unificar as operações das três Forças, muito além dos limites impostos pelos protocolos de exercícios conjuntos.*
- 8. Reposicionar os efetivos das três Forças.*
- 9. Adensar a presença de unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea nas fronteiras.*
- 10. Priorizar a região amazônica.*
- 11. Desenvolver, para fortalecer a mobilidade, a capacidade logística, sobretudo na região amazônica.*
- 12. Desenvolver, para atender aos requisitos de monitoramento/controle, mobilidade e presença, o conceito de flexibilidade no combate.*
- 13. Desenvolver, para atender aos requisitos de monitoramento/controle, mobilidade e presença, o repertório de práticas e de capacitações operacionais dos combatentes.*

- 14. Promover a reunião, nos militares brasileiros, dos atributos e predicados exigidos pelo conceito de flexibilidade.*
- 15. Rever, a partir de uma política de otimização do emprego de recursos humanos, a composição dos efetivos das três Forças, de modo a dimensioná-las para atender adequadamente ao disposto na Estratégia Nacional de Defesa.*
- 16. Estruturar o potencial estratégico em torno de capacidades.*
- 17. Preparar efetivos para o cumprimento de missões de garantia da lei e da ordem, nos termos da Constituição Federal.*
- 18. Estimular a integração da América do Sul.*
- 19. Preparar as Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz.*
- 20. Ampliar a capacidade de atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento.*
- 21. Desenvolver o potencial de mobilização militar e nacional para assegurar a capacidade dissuasória e operacional das Forças Armadas.*
- 22. Capacitar a indústria nacional de material de defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa.*
- 23. Manter o Serviço Militar Obrigatório.* ³¹

Como podemos notar, as diretrizes expandem os três eixos principais, mas focam-se principalmente na questão da defesa do espaço nacional, seja ele aéreo, terrestre, marítimo ou até mesmo espacial. Além de também priorizar áreas de relevante importância estratégica como Amazônia, e mais recentemente (acrescentado nas últimas edições do END) a também chamada “Amazônia Azul” ³², que compreende a plataforma continental e se estende por todo litoral brasileiro até 200 milhas da costa, onde se localizam as ricas jazidas de combustíveis fósseis.

Desta vertente podemos então chegar ao termo chamado “Escudo” citado por Roberto Mangabeira Unger (até então ministro de assuntos estratégicos do Brasil). Este escudo seria, como está implícito no próprio nome, uma barreira contra pretensões externas e ao mesmo tempo garantidor de nossas próprias pretensões. Pois sem uma defesa sólida que proteja os interesses de um determinado Estado, dificilmente este poderá confiar em terceiros para defendê-lo contra ameaças externas com certeza absoluta.

³¹ ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA. Decreto 6703 (2008)

³² É um termo criado pela Marinha para descrever o território submerso de milhões de quilômetros quadrados, repleto de riquezas biológicas e minerais. E, assim como a Amazônia Verde, largamente ameaçado pela exploração predatória e interesses internacionais

Não há muita novidade nesse particular, pois que o Brasil sempre foi, desde o início da República, pelo menos, um país essencialmente soberanista e nacionalista; esta última característica foi bem mais acentuada a partir da era Vargas. Esse aspecto, normal e até ‘obrigatório’ para os defensores oficiais da pátria, apresenta outro problema ao tratar do planejamento, produção e utilização de “bens” de defesa, quaisquer que sejam eles, posto que o elemento básico de ‘edifício securitário e dissuasório’ passou a ser o da autonomia absoluta, quaisquer que sejam os custos explícitos e implícitos – ou seja, o custo oportunidade, em linguagem econômica – dessas opções fundamentais da estratégia ‘nacional’ de defesa (e o qualificativo central assume aqui toda a sua carga de obrigatoriedade, em sentido estrito e lato).

Esta outra característica, econômica, deve ser sublinhada de imediato e com a maior ênfase, pois que implicando em toda uma problemática que não tem tanto a ver com a substância em si das escolhas básicas em matéria de estratégia, mas decisiva na definição dos meios. Ela é a seguinte: independentemente dessas escolhas, é um fato que o documento em si não foi feito por economistas, não recebeu uma análise de algum ‘espírito econômico’, nem pretende prestar contas de seus custos econômicos para o país e a sociedade. Simplificando ao extremo – mesmo sob o risco de ver o documento transformado em caricatura dele mesmo – eu diria que o documento é completamente anti-econômico, não apenas por propor uma estratégia grandiosa, inalcançável no plano dos recursos disponíveis, mas sobretudo por propor um caminho de realização dessa estratégia que não leva em conta o princípio básico da escassez de recursos, ou se o leva, o faz apenas como uma espécie de gradualismo orçamentário.

Existe, obviamente, uma razão de ordem prática, ou seja, econômica, para que a END não possa ser aplicada; ou mesmo que, se ela for eventualmente aplicável – viabilizada pelos procedimentos legislativos e orçamentários em um Estado democrático normal –, ela não consiga ser colocada em vigor em toda a sua plenitude. Para que isso ocorra, seria provavelmente necessário mais do que um PIB inteiro – sem que um valor preciso possa ser de fato estimado – para que toda a imensa ambição da END seja integralmente implementada. Não se pretende neste espaço limitado elaborar a propósito da total antieconomicidade da END; apenas confirmar que essa característica não se prende apenas ao documento, mas perpassa o conjunto de atitudes e de políticas econômicas brasileiras desde muito tempo, estando, portanto, entranhadas, na própria ‘ideologia nacional desenvolvimentista’, subjacente a todo o documento, mesmo no que pese a evolução dos recursos na área de defesa, como demonstrado a seguir

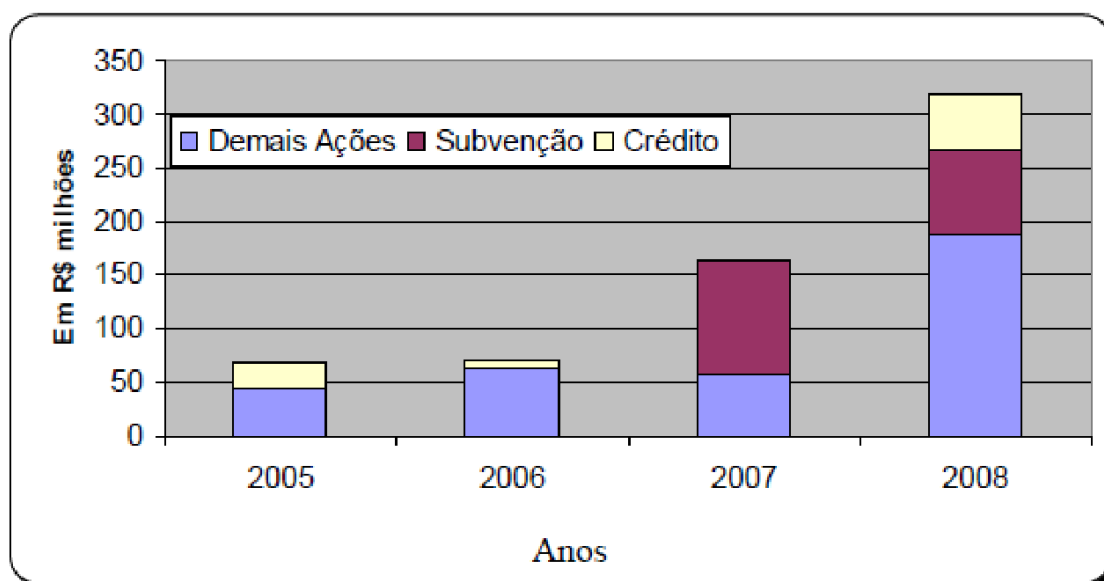


Figura 1 – Evolução dos recursos na área da defesa

Fonte: www.finep.gov.br

Qualquer que seja a postura política que se possa ter em relação a essa ‘ideologia’, e sua interação com a END (qualquer que seja ela, esta, ou uma outra) uma abordagem metodologicamente apropriada a uma política nacional tão importante quanto esta não poderia dispensar uma rigorosa análise econômica de sua efetividade e adequação a uma estratégia nacional de desenvolvimento econômico e tecnológico (e, por extensão, social).

V DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO END

Não precisamos nem mesmo considerar a extrema fragilidade em que o Brasil se encontra atualmente na questão da segurança interna e externa, a qual dissertaremos ao longo de todo o trabalho, para entendermos quantos desafios ainda serão enfrentados. Tais desafios começam na própria constituição brasileira em seu quarto artigo, a saber:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.³³

Podemos tirar destes parágrafos que o Brasil já possui em seu próprio cerne, a resolução de não resolver conflitos por modos belicosos ou intervir na soberania alheia. Ora é de se imaginar que um país que nunca teve a tradição na área da guerra, não tenha também a tradição nos assuntos da defesa. Podemos aqui citar a total falta articulação entre as três forças, Aeronáutica, Marinha e Exército, que há pouco não tinham a menor possibilidade de coordenar ações conjuntas com facilidade, elemento básico para ações de dissuasão e mobilização.

Outro desafio está no próprio processo histórico ao qual o Brasil enfrentou nas suas últimas décadas. Devido a um longo período sob ditadura militar (1964-1985), criou-se certo receio em colocar novamente recursos nas mãos daqueles que já tomaram o controle do país pela força, por isso tanto o Estado quanto a opinião pública tornaram-se antipáticos quando o assunto é sobre grandes investimentos na área militar.

Analisando os gráficos abaixo podemos identificar a queda de investimentos públicos nos gastos militares logo após o fim da época da ditadura e as projeções atuais.

³³ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 4º Artigo

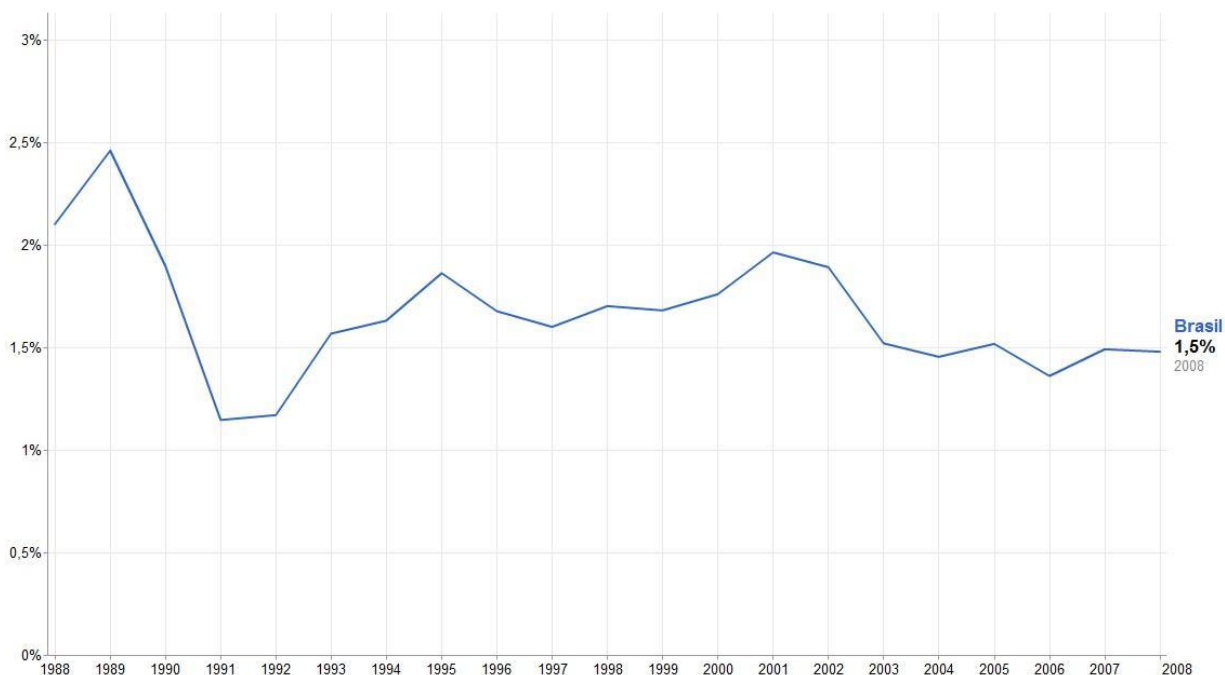


Figura 2: Despesas militares como porcentagem do Produto Interno Bruto, Fonte Banco Mundial

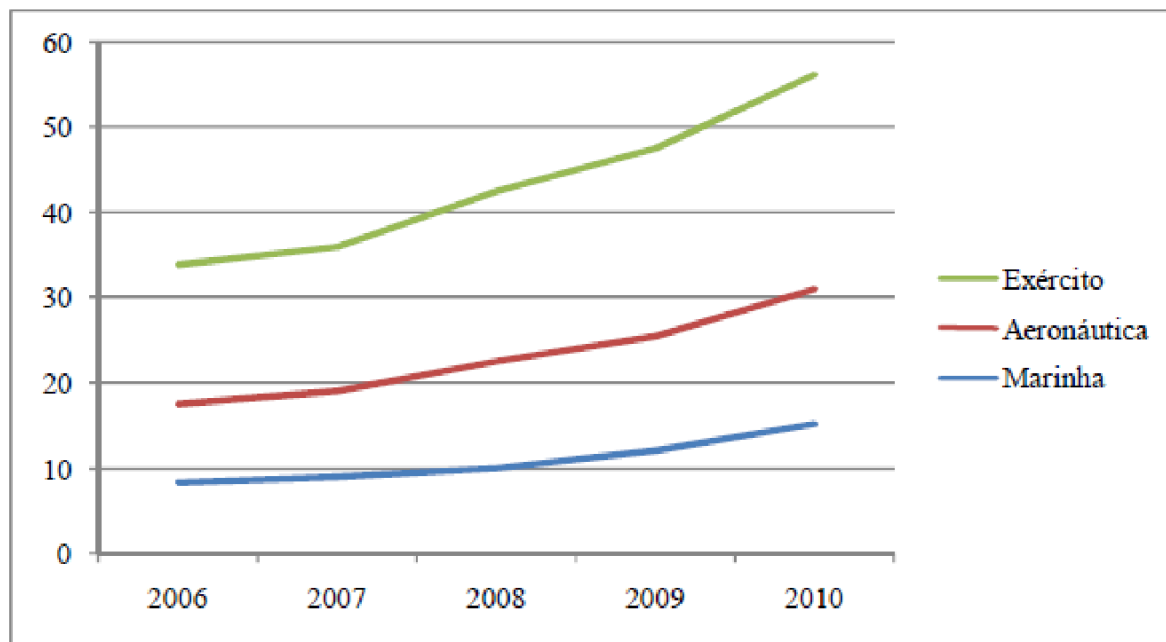


Figura 3: Evolução orçamentária dos comandos das Forças Armadas (em R\$ Bilhões)

FONTES: Jornal do Senado, Ano XV nº 3109/237 de 05 a 11 de outubro de 2009

Entretanto, várias outras questões como as econômicas e sociais, que sempre afligiram países em desenvolvimento como o Brasil, foram as principais responsáveis em colocar os assuntos da defesa em segundo plano. É claro que um país que enfrenta uma crise pensará

duas vezes antes de investir na área de defesa, enquanto sua população sofre severas restrições quanto às suas necessidades básicas.

Outro fator, também no setor econômico, seria o investimento em tecnologia. Este é um dos principais fatores que influi em uma defesa eficiente ou falha. Mas apesar de ser fundamental é também extremamente caro, além de levar um certo tempo para gerar resultados. O que em um país como o Brasil se torna muito proibitivo, tanto politicamente por não haverem resultados imediatos, quanto economicamente por não existirem fontes em abundância para financiar pesquisas tecnológicas.

A outra grande deficiência do documento é o fato de que, mesmo sendo a END hipoteticamente implementável – supondo-se que existissem meios infinitos e nenhum constrangimento orçamentário – ela não teria os efeitos que seus propositores pretendem, ou apenas teria ‘certos’ efeitos, característicos, precisamente, de sua concepção fundamental: soberanista, nacionalista, autonomista no mais alto grau, ignorando não apenas a interdependência econômica contemporânea, como também os propósitos maiores da política externa brasileira, seja em sua dimensão regional, seja em seus objetivos multilaterais e internacionais.

A END pretende dar prioridade a duas ‘Amazônias’, a verde e a azul, como se os principais problemas da defesa, da segurança ou da estratégia dissuasória do Brasil estivessem concentrados nessas duas regiões. Aliás, o documento falha em identificar claramente onde estariam essas ameaças, como se o conceito de defesa não implicasse em seu complemento necessário: contra o quê, exatamente, ou contra quem? As ameaças são classificadas como difusas; mas aqui e ali perpassa a ideia de que seria uma potência (ou uma coalizão de potências) dotada de meios ofensivos superiores (um claro eufemismo para os EUA e países europeus). Não se considera, por exemplo, que os centros nevralgicos da economia e das decisões nacionais se encontram distribuídos em uma faixa litorânea de 200 km ao longo da costa atlântica, ou que nossas fragilidades são bem mais internas do que externas.

Os problemas principais, contudo, derivam do fato de que, em todos os vetores que a END considera como essenciais, o espacial, o cibernético e o nuclear, uma estratégia puramente nacional, autonomista e soberanista, como a proposta no documento, redundaria em custos indefinidos, prazos extremamente delongados ou impasses e obstáculos tecnológicos previsíveis. As dificuldades não parecem impressionar os autores do documento, que desprezam ou minimizam a necessidade de cooperação externa no que se refere ao know-how para os primeiros dois vetores, ou colocam de lado os constrangimentos internacionais no que se refere ao vetor nuclear. O documento parte da suposição de que os

parceiros externos, indefinidos, saberão se acomodar ao desejo brasileiro de obter acesso à tecnologia, sem o que essas parcerias presumivelmente não existirão.

Em outros trechos, onde se fala de ‘parceiros’, estes são identificados a países emergentes, com os quais se realizará outro dos objetivos prioritários do atual governo brasileiro: a reforma das instituições internacionais, em especial dos organismos econômicos. No plano internacional, justamente, o documento falha em vincular o outro grande objetivo Internacional do governo brasileiro: a assunção de uma cadeira permanente no CSNU e o aumento da presença brasileira no cenário internacional. Se este é um objetivo factível – o que parece muito duvidoso – então a END não parece adaptada aos requisitos e necessidades de uma maior inserção do Brasil nas operações de peace-making e de peacekeeping da ONU, ou até de uma ação independente em determinados teatros especiais.

5.1 O problema regional e a questão hemisférica

O documento quase não trata das grandes prioridades da atual política externa brasileira: o reforço do Mercosul e a integração política e física da América do Sul; mas quando o faz, as menções são puramente retóricas, sem a perspectiva de uma integração real, igualitária. Os vizinhos são basicamente considerados como clientes potenciais da indústria brasileira de defesa, totalmente independente, cabe lembrar.

A integração seria algo puramente instrumental para viabilizar economias de escala para essa indústria, diluindo assim os custos entre um número maior de clientes, ou de dependentes (condição que se recusa para o próprio Brasil). O famoso Conselho de Defesa Sul-Americano – que não é bem de defesa, mas simplesmente de coordenação da segurança regional – parece ter sido criado para servir a esses mesmos objetivos, e sua característica mais realçada é a de que ele seria conduzido sem qualquer parceiro externo à própria região.

Esse ‘isolamento’ dos EUA – como se tal fosse possível – parece resultar de dois elementos combinados, a partir de dois vetores completamente diferentes: por um lado, a tradicional necessidade militar de definir ‘ameaças’ credíveis – e não se concebe qualquer outra ameaça efetiva na região, depois da normalização das relações com a Argentina – agora parcialmente coberta pela figura da ‘potência superior’; por outro lado, o anti-imperialismo infantil, e completamente *démodé*, de setores políticos da base de sustentação do governo e da esquerda acadêmica esclerosada.

Esse exclusivismo regional, à exclusão do grande irmão hemisférico, e a política de aproximação do Brasil com parceiros ‘emergentes’ ditos estratégicos – como a Índia, por

exemplo – podem vir a ser fontes de problemas na estratégia brasileira de integração regional, na área política e de segurança, inclusive porque isso tem implicações para os problemas da cadeira do CSNU e da opção nuclear.

É relevante registrar que, para que o Brasil pudesse realizar seus objetivos regionais, sobretudo o da integração sub-regional e da sul-americana – que supostamente são os mais valorizados pela diplomacia brasileira e a própria base da cooperação regional no terreno da segurança, e talvez da defesa –, o Brasil precisaria utilizar-se muito mais dos elementos de *soft power* da economia do que aqueles de *hard power*, pelo lado da defesa. Na verdade, o Brasil já possui, teórica ou hipoteticamente, as condições potenciais para praticar *soft power* na região, não o fazendo, por razões históricas e políticas.

Esse *soft power* estaria baseado na abertura irrestrita do seu mercado interno a todos os vizinhos sul-americanos, de forma integral e incondicional – vale dizer, sem qualquer exigência de reciprocidade – e na concepção e implementação de imenso esforço de cooperação bilateral com cada um deles (acolhendo bolsistas no Brasil e desenvolvendo projetos nesses países); cabe considerar, ademais, o papel crucial do investimento direto brasileiro na região, essencialmente a cargo do setor privado (eventualmente estimulado por políticas governamentais) e de uma ou outra estatal (Petrobras). O fato é que o Brasil não exercerá esse *soft power*, seja porque o país é naturalmente protecionista, seja porque os arranjos do Mercosul não o permitiriam, nas atuais condições.

A questão hemisférica, por sua vez, tem a ver com as relações do Brasil com o ‘império’, atualmente considerado uma presença nitidamente não desejável na região, sequer como parceiro (a menos que seja como fornecedor complacente da tecnologia necessária à capacitação brasileira em defesa). Pode-se até conceber essa ‘opção’ como uma derivação lógica – ainda que não assumida publicamente, por notórias implicações políticas – da antiga tese do chanceler Rio Branco quanto a uma divisão de tarefas no hemisfério: o império fica com o norte (aqui compreendendo todo o Caribe e América Central) e o Brasil se ‘ocupa’ da América do Sul. Mesmo admitindo que esse tipo de ‘missão compartilhada’ seja admissível ou possível, na prática – com todos os problemas ligados a uma suposta liderança brasileira na região – ela não resolve nenhum dos demais problemas vinculados à presença internacional brasileira ou, sobretudo, ao CSNU, que passam inevitavelmente por uma ‘boa relação’ de cooperação ativa com o império (algo ainda não admitido até aqui).

5.2 Reaparelhamento militar

Esse é um dos principais problemas que afetam o exército nacional. Segundo dados do SIPRI, em 2006 71% de tudo que era gasto na América do sul com forças armadas provêm do Brasil, a Colômbia ocupava a segunda colocação com distantes 7%. (SIPRI, 2008. Apud Alves e Heye, 2008). Recentemente este quadro está alterado devido a aquisição de vários equipamentos militares russos pela Venezuela.

Segundo Vágner Camilo Alves e Thomas Heye, professores de ciência política da UFF e autores do artigo “Tamanho é documento? O Brasil e o equilíbrio de poder na América do Sul”, nosso país possui um dos exércitos mais numerosos da América do sul com cerca de 200 mil soldados. A razão desta quantidade é a do papel desempenhado pelo exército brasileiro, que precisa estar presente em todas as áreas do vasto território nacional. (Alves e Heye, 2008). Para eles diversos aspectos imateriais existentes no exército nacional fazem dele uma grande organização como a tática, o treinamento e a doutrina militar.

Com relação às questões materiais, o exército é equipado com os blindados MBTs (Main Battle Tank), carros blindados produzidos em 1970 e comercializados após o fim da guerra fria, em 1990. Segundo artigo de Marina Motomoura publicado na revista Mundo Estranho, o exército brasileiro possui cerca de 1300 blindados, 464 tanques, 534 obuseiros (canhões que atiram projéteis ocos), 1020 morteiros pesados e 75 helicópteros. (Motomoura, 2008)

Apesar desta quantidade de armamentos e veículos de guerra, o Congresso nacional pensa em diminuir 23.91% no volume de investimentos destinados ao exército. Prevendo esta diminuição, o Ministério do Planejamento prevê uma solicitação ao Congresso de créditos especiais a fim de reaparelhar a força. Se esta redução no repasse de verba para o exército se concretizar, a situação dos soldados na “Cabeça do Cachorro” ficará bastante difícil, pois segundo reportagem publicada pela revista Época de 28 de dezembro de 2007, os militares do PEF de Querari sofrem com a escassez de balas, por esse motivo acabam praticando tiro apenas a cada dois meses, além disso muitas vezes a falta de combustível faz com que os soldados peçam ajuda aos indígenas. O próprio General – de - exército Augusto Heleno Ribeiro, ex-chefe do Comando Militas da Amazônia, afirma na mesma reportagem que “faltam recursos para que possamos manter melhor esses pelotões” (revista ÉPOCA, 2007)

VI CONCLUSÃO

Conforme verificamos ao longo do texto, a busca por uma defesa consolidada por parte do Brasil é extremamente válida. Visto que não ocorre um desejo para entrar em uma corrida armamentista, mas sim uma busca para criar um escudo afim de que o Brasil possa desenvolver-se livremente sem influências externas. Até o desejo para afirmar-se como um importante ator internacional, também ocorre sem a intenção de invadir a soberania alheia. Por isso é extremamente importante que a END seja aplicada em sua totalidade, pois o desenvolvimento brasileiro está intimamente ligado aos programas do END.

Sem pretender aprofundar, neste momento, todos os problemas relevantes da END – inclusive o das ‘ferramentas’ que poderiam, ou não, ser funcionais para essa estratégia particular, entre elas o submarino nuclear, algum eventual porta-aviões ou outros instrumentos de projeção externa – caberia mencionar, mesmo rapidamente, dois outros problemas relevantes que também têm a ver mais com a ‘filosofia’ do documento do que propriamente com os meios e fins dessa concepção de defesa.

O primeiro tem a ver com a opção confirmada por um ‘serviço militar obrigatório’, aliás, acrescido de um recrutamento universal (quem não fosse aproveitado no ‘equalizador republicano’, iria para um equivalente civil). Esta opção parece decorrer mais de necessidades da força de terra, do que dos requerimentos das duas outras forças, que aparentemente se acomodaram – ou mesmo desejariam – a alternativa de forças totalmente profissionais e exclusivas. Opções de maior flexibilidade operacional recomendariam, provavelmente, a consideração da estratégia profissional para alguns tipos de missões militares (propriamente estratégicas), reservando-se o serviço universal para essa ocupação de ‘terreno republicano’ no grande espaço do Brasil ainda subdesenvolvido, como deseja certa ideologia pretensamente classista no documento. Aliás, o documento trai suas origens mais sociológicas do que propriamente institucionais ao mencionar expressamente o objetivo de incorporar todas as ‘classes sociais’ a esse projeto pretensamente republicano: trata-se, provavelmente, da primeira vez que o Estado brasileiro trabalha com o conceito de classes sociais, em lugar de um equivalente verdadeiramente universal e igualitário, o de cidadãos, ao pretender formular uma política pública relevante.

O segundo problema tem a ver com a velha questão nuclear. Ademais de referir-se às possibilidades energéticas e tecnológicas do vetor nuclear, a END parece lamentar, em duas

passagens, o abandono pelo Brasil dessa possibilidade ‘militar’: o Brasil “privou-se da faculdade de empregar a energia nuclear para qualquer fim que não seja pacífico”, e “proibiu-se a si mesmo o acesso ao armamento nuclear”, o que revela, provavelmente, alguma inclinação dos formuladores do documento. Inconsciente ou deliberadamente, esse tipo de linguagem pode representar uma eventual tentativa de deixar a opção aberta, caso novos desenvolvimentos internacionais, do lado do TNP, tornem viável ou factível alguma futura revisão constitucional no plano nacional. Esse ‘desejo secreto’ pode revelar-se problemático no plano internacional e até no regional, inclusive porque está expressamente dito que o Brasil “não aderiu a acréscimos ao TNP destinados a ampliar as restrições do Tratado sem que as potências nucleares tenham avançado na premissa central do Tratado: seu próprio desarmamento nuclear”. Essa posição é uma espécie de prolongamento da recusa do TNP mantida durante 30 anos pelos estrategistas – militares e diplomáticos – brasileiros em relação a esse vetor considerado fundamental de qualquer estratégia dissuasória no plano mundial.

REFERÊNCIAS

- ADERALDO, Vanda Maria. *ESG: um estudo de currículos e programa*. Tese de Mestrado. IUPERJ, 1978.
- ALMEIDA, P. R. de. **Estratégia Nacional de Defesa: comentários dissidentes**. In: <http://mundorama.net/2009/03/14/estrategia-nacional-de-defesa-comentarios-dissidentes-por-paulo-roberto-de-almeida/>. Acesso em: 28/12/2009.
- ALSINA JR., J. P. S. **A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso**. In: Revista Brasileira de Política Internacional. V.46n.2Brasíliajul./dez.2003.
- ARAÚJO, Braz de. *Segurança cooperativa em novo cenário internacional*. In “Jornal da USP”, Universidade de São Paulo, Caderno Especial, outubro de 2001.
- ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília D.F. Ed:UNB.2002.
- ARRUDA, Antônio de. *A Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina*. São Paulo: GRD; [Brasília]: INL, 1983.
- AYERBE, L. F. Dimensões Histórico-Culturais da Ordem Internacional. A América Latina e a “Ocidentalização” do mundo. In: KALIL, Suzeley; VILLA, Rafael D. **Ensaio Latino-Americanos de Política Internacional**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2007.
- AZAMBUJA, Darcy. Introdução a ciência política. Rio de Janeiro – RJ. Editora
- BOAVENTURA, Jorge. *A Doutrina de Segurança Nacional*. In OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. (coord.) *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987.
- BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. São Paulo. Editora Malheiros. 2008. 320
- CASTRO, C. & D’ARAÚJO M. C. **Militares e Política na Nova República**. Rio de Janeiro. Ed: FGV. 2001.
- CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. *América do Sul: alguns subsídios para a definição da segurança nacional*. In “PREMISSAS”, Núcleo de Estudos Estratégicos/Unicamp, Caderno No. 6, abril de 1994.
- CHALLIAND, Gérard et BLIN, Arnaud. *Dictionnaire de stratégie militaire. Des origines à nos jours*. Paris: Perrin, 1998.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONN, Stetson e Fairchild, Byron. *A estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2000.

DANESE, S. **A escola da liderança: ensaios sobre a política externa e a inserção internacional do Brasil**. Rio de Janeiro. Ed: Record. 2009.

DARHENDORF, Ralf. *Após 1989: moral, revolução e sociedade civil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

DEBERT, Guita Grin. *A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, Departamento de Ciências Sociais, 1986.

Defesa@Net, 2008. Estratégia nacional de defesa.

Defesa@Net, 2008. Jobin apresenta Estratégia Nacional de Defesa.

DREIFFUS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

EVANS, Graham and NEWNHAM, Jeffrey. *The Penguin Dictionary of International Relations*. London: Penguin Books, 1998.

FERREIRA, O. S. **Forças Armadas, para quê?** São Paulo S.P. Ed:GRD. 1988.

Folha de São Paulo, 2009. Conselho de Defesa Sul-Americano se reúne no Chile; encontro é "marco histórico", diz ministro.
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u666216.shtml>> Acesso em 3 de outubro de 2010.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *As elites brasileiras e a Escola Superior de Guerra*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, Departamento de História, 1985.
Globo. 1967. 320 p.

GODOY, R. América Latina inicia corrida às armas. In: OLIVEIRA, E. R. de **Segurança e Defesa Nacional: da competição à cooperação regional**. São Paulo. Fundação Memorial da América Latina. 2007.

http://www.defesabr.com/MD/md_estrategia.htm > Acesso em 3 de outubro de 2010.

HUNTINGTON, Samuel. *O soldado e o Estado: teoria política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

KIELHORN, Ana Elizabeth. *Dicionário de termos políticos*. São Paulo: Agência Editora Iris, 1965?.

KRIEGER, Joel (ed.). *The Oxford companion to politics of the world*. New York: Oxford University Press, 1993.

Ministério da Defesa, 2010. Conselho de Defesa Sul-Americano vai criar Centro de Estudos Estratégicos. <<https://www.defesa.gov.br/oticia=9499>> Acesso em 2 de outubro de 2010.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília. 2008. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/. Acesso em 26.04.2010.

MIYAMOTO, S. **A Política de Defesa Brasileira e a Segurança Regional**. Rio de Janeiro, RJ. Revista Contexto Internacional, vol. 22. 2000.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64*. In ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.) *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): Prioridades, atores e políticas*. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000.

O Globo, 2008. Jobim propõe Conselho de Defesa Sul-Americano. <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/02/23/jobim_propoe_conselho_de_defesa_sul-americano-425866486.asp> Acesso em 3 de outubro de 2010.

OLIVEIRA, E. R. de. **De Geisel a Collor. Forças Armadas, transição e democracia**. Campinas, S.P. Ed: Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (coord.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. e SOARES, Samuel Alves. *Forças Armadas, direção política e formato institucional*. In D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.) *Democracias e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

p.

PEREIRA, Antonio Carlos. *Por uma política de defesa*. In “PREMISSAS”, Núcleo de Estudos Estratégicos/Unicamp, Caderno 14, dezembro de 1996.

PEREIRA, Maurício Broinizi. *Estado Novo: a constituição das bases do “partido militar” e do projeto “Brasil Potência”*. In “PREMISSAS”, Núcleo de Estudos Estratégicos/Unicamp, Caderno 15-16, abril-agosto de 1997.

PINHEIRO, Leticia. *Unidades de Decisão e Processo de Formulação de Política Externa durante o Regime Militar*. In ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.), *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): Prioridades, atores e políticas*. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000.

Poder Naval, 2010. Poder naval, tecnologia militar e naval. <<http://www.naval.com.br/blog/tag/estrategia-nacional-de-defesa/>> Acesso em 26 de setembro de 2010.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/DEFES.htm. Acesso em 26.04.2010.

PROENÇA JR., Domicio e DINIZ, Eugênio. *Política de defesa no Brasil: uma análise crítica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

- REPÚBLICA dos Estados Unidos do Brasil. *Coleção das Leis de 1949*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.
- REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade. 1964-1984*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, Departamento de Sociologia, 1996.
- ROCHA, Maria Selma de Moraes. *A evolução dos conceitos da doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, Departamento de História, 1996.
- SANTOS, M.H. de C. **A nova missão das Forças Armadas latino-americanas no mundo pós-Guerra Fria: o caso do Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol.19. n.54. FEV/2004.
- SARDENBERG, Ronaldo Mota e FUJITA, Edmundo Sussumo. *Uma política de defesa nacional sustentável*. In “Política Externa”, Vol. 5, No. 3, Dezembro/1996.
- SHAFRITZ, Jay M. *The Dorsey dictionary of american government and politics*. Chicago: The Dorsey Press, 1988.
- SOARES JOÃO PAULO. “Política externa e poder militar no Brasil”. Coleção FGV de bolso, 1º Edição / 2009.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.
- STEPAN, Alfred (ed.). *The Military in Politics*. Princeton: Princeton University Press, 1971.
- TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. *A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia: Conceituações e Inter-relações*. In “Revista da Escola Superior de Guerra”, Rio de Janeiro, ESG, No. 1, Vol. I, Dez./83.
- US Department of Defense. *Dictionary of Military Terms*. London: Greenhill Books; Pennsylvania: Stackpole Books, 1995.
- VERGOTTINI, Giuseppe de. In Norberto Bobbio **et alii**. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 12a ed., 1999. (verbete)
- WINAND, É. C. **A Segurança Internacional na Política Externa do Brasil: Idas e vindas no processo de construção e consolidação da Confiança Mútua com a Argentina (1985-1994)**. Franca S.P. Dissertação (mestrado). 2006

